

Interventor reforça operações e governo destina R\$ 1,2 bi ao Rio

Por Cristian Klein | Do Rio

Depois de um surto de violência nos últimos dias, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF) mobilizou ontem pelo menos 3.700 militares para cinco operações na área de segurança pública, na maior ofensiva contra a criminalidade no Rio. Também ontem, o presidente Michel Temer assinou medida provisória que destina R\$ 1,2 bilhão para financiar a intervenção federal, que completa 40 dias. Apesar do esforço, os recursos são insuficientes e as ações indicam uma atuação errática das forças de segurança, aponta ao Valor o especialista José Ricardo Bandeira, presidente do Instituto de Criminalística e Ciências Policiais da América Latina.

Em sua opinião, as Forças Armadas têm escolhido combater o crime de forma pontual, de modo a evitar danos maiores que comprometam a imagem da intervenção, especialmente o confronto que leve à morte de inocentes por militares. "A

intervenção não é pró-ativa nem corretamente reativa. Há toda a cautela do mundo. Até porque é bandeira de campanha política. A melhor forma de não queimá-la é evitar que a bala perdida de um soldado mate alguém, e a intervenção perca apoio da população", afirma.

Bandeira critica decisões do gabinete de intervenção que mobilizou ontem cerca de 3.400 homens apenas para o Complexo do Lins, enquanto "ignora o que está acontecendo na Praça Seca". Na segunda-feira, o bairro foi alvo do confronto, à luz do dia, entre milicianos que dominam o Morro da Chacrinha e uma aliança entre traficantes e milicianos que tomaram dos primeiros o poder sobre a comunidade do Bateau Mouche, localizada em frente. Bandeira destaca que esse fenômeno recente da união entre tráfico e milícia é "gravíssimo", marca uma das peculiaridades da criminalidade no Rio e precisa ser rapidamente combatido. As milícias são formadas, majoritariamente, por policiais e ex-

policiais. "Estamos falando de traficantes que agora podem ter treinamento especializado no uso de armas e acesso a informações privilegiadas, por exemplo, a que horas uma operação policial vai ocorrer", diz.

Outra decisão questionável, ressalta Bandeira, é o envio de tropas das Forças Armadas para as ruas das zonas sul, norte e central, o que não havia sido feito desde o início da intervenção. São áreas mais nobres da cidade, diz. A medida dará uma sensação de segurança, sem contudo mexer nos vespeiros das regiões mais conflagradas, diz.

Para o especialista, a tendência é que a atuação do GIF continue assim. "Vão ficar cozinhando em banho-maria até acabar a intervenção no fim do ano", diz.

Mesmo que não melhore os índices de criminalidade - como ainda não melhorou no primeiro mês - a intervenção poderá dar algum dividendo político ao presidente Michel Temer, argumenta. O





especialista critica a falta de planejamento e o improvisado que, em sua avaliação, têm marcado a intervenção. Cita a "verdadeira obsessão" das Forças Armadas em retirar as barricadas postas por traficantes na Vila Kennedy - que as recolocaram no lugar novamente - como um exemplo de esforço que não resolve o problema. As medidas ineficazes, afirma, são frutos de um processo de tentativa e erro.

Enquanto isso, afirma, o gabinete de intervenção ignorou dados do serviço de inteligência que há mais de 30 dias teriam alertado para a situação crítica da guerra entre traficantes na Rocinha. Desde sábado, quando a Polícia Militar realizou uma operação, nove pessoas foram mortas na favela. Moradores relatam que vítimas não tinham ligação com o tráfico e uma delas recebeu um tiro pelas costas.

Para Bandeira, o Rio tem características muito diferentes do restante do país, "até pela topografia da cidade, que facilita o domínio territorial" pelos criminosos. Há uma combinação de fatores, enumera: a presença das milícias; a "corrupção policial em níveis não aceitáveis"; o crime organizado que envolve políticos e empresas; e o excesso de facções. Em outros Estados, lembra, há o Primeiro Comando da Capital (PCC), de origem paulista, em confronto com outras facções locais,

como a Família do Norte. "No Rio, há três, quatro facções fortes e também as milícias, brigando, loteando territórios. Para piorar - além de Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA) - temos agora o PCC, instalado na Rocinha. Vamos mergulhar numa guerra sem precedentes", diz. "Uma população de 2 milhões de pessoas vive sob o jugo de criminosos".

Para José Ricardo Bandeira, a decisão de enviar homens das Forças Armadas para patrulhar as ruas apenas dará visibilidade e uma vitrine para a intervenção federal, que "ainda não cumpriu seu papel". A medida foi tomada depois de outros dois episódios que ocorreram nos últimos dias: a execução de cinco jovens num condomínio do programa Minha Casa, Minha Vida, em Maricá, na região metropolitana fluminense, e o assalto a um dos principais shoppings da zona sul.

O especialista afirma que o R\$ 1,2 bilhão liberado pelo governo federal é insuficiente para o tamanho da necessidade de investimento numa polícia desaparelhada e sem efetivo. Além de dinheiro, Bandeira afirma que a situação requer duas medidas: que os militares assumam funções da rotina administrativa, liberando policiais militares e civis para a linha de frente do combate ao crime, e que a intervenção requisite

a volta dos cerca de 4 mil policiais que estão cedidos a outros órgãos do Estado.

Bandeira também critica a escassez de informações até agora produzidas na investigação sobre os assassinos da vereadora Marielle Franco, apesar de terem sido destacados para o caso nove equipes e seis promotores, totalizando mais de 40 pessoas dedicadas integralmente ao caso, fora o pessoal administrativo e de inteligência. "É um caso assustador. Mas não conseguiram chegar a um resultado. A pressão da opinião pública diminui, as provas vão sumindo, já está em estado de esfriamento", lamenta.

O Valor identificou que do total dos recursos destinados ao Rio por Temer, cerca de R\$ 800 milhões provêm do orçamento da Câmara dos Deputados. A medida provisória não deixa claro a origem do dinheiro, mas consultores da Comissão Mista de Orçamento do Congresso informaram que, do total, R\$ 200 milhões provêm de corte feito pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pré-candidato à Presidência da República, no orçamento da Câmara. O dinheiro foi remanejado por Maia para a intervenção federal no Rio. Outros R\$ 600 milhões também são originários da Câmara, mas de superávit financeiro de 2017.

Guardia deve ficar na Fazenda e Mansueto, no Planejamento

Por Claudia Safatle e Ribamar Oliveira | De Brasília

Está praticamente fechado o desenho da equipe econômica após a saída de Henrique Meirelles do ministério da Fazenda para se candidatar à Presidência da República. O secretário-executivo Eduardo Guardia sucederá Meirelles na pasta, a despeito da reação contrária de setores do MDB. Mansueto Almeida deverá ocupar a pasta do Planejamento no lugar de Dyogo de Oliveira, que será deslocado para presidir o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa é a configuração da equipe que conduzirá a economia no restante do ano. Confirmado esse arranjo, acertado com o presidente Michel Temer ontem, será uma vitória de Meirelles.

Uma das razões para Dyogo deixar do posto de ministro do Planejamento para assumir o BNDES decorreria do desejo do ministro de buscar uma carreira no setor privado. Para concretizar esse plano, seria útil para Dyogo ter passagem pela presidência do banco.

No início da próxima semana,

Meirelles vai anunciar que deixará o governo para se dedicar inteiramente à campanha eleitoral. Para isso, o ministro trocou o PSD pelo MDB, que anunciou a filiação dele ontem. As negociações para a migração de partido foram feitas diretamente com o presidente Michel Temer.

Ontem à tarde, o nome de Guardia estava praticamente sacramentado para a Fazenda, mas as fontes evitavam cravar a decisão por causa das reações contrárias de alguns setores do MDB, inconformados com a entrega de um dos principais ministérios do governo a um ex-secretário de Fazenda do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que será adversário ou do presidente Michel Temer, na tentativa da reeleição, ou do próprio Henrique Meirelles à Presidência da República, em outubro.

Outros interlocutores afirmavam que o nome foi aceito por Temer como uma das condições para Meirelles ingressar no MDB e, eventualmente, ser candidato a vice-presidente na chapa do próprio Temer.

Ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha procurou minimizar a

saída de Meirelles da Fazenda. Segundo Padilha, a ideia é manter boa parte da equipe econômica, com a mesma diretriz, e Meirelles continuaria sendo consultado.

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, entregou ontem oficialmente sua carta de demissão, mas ainda não houve anúncio oficial de seu sucessor. Rabello é pré-candidato à presidência da República pelo PSC. A Associação dos Funcionários do BNDES manifestou preocupação com a troca no comando do banco de fomento.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP) também anunciou ontem sua saída do ministério para disputar as eleições. Não houve definição do sucessor. Questionado sobre eventual indicação do presidente da Caixa, Gilberto Occhi, para a pasta, Barros afirmou que o presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), se reunirá com Temer hoje para discutir o assunto. "O problema não é a indicação para a saúde. É a substituição na Caixa", disse Barros. (colaboraram Andrea Jubé, Fábio Pupo e Cristiane Bonfanti)

Tesouro quer recursos de royalties para 'regra de ouro'

Por Fabio Graner e Edna Simão
| De Brasília

Dentro do esforço para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das contas públicas, que impede a emissão de dívida para financiamento de gastos correntes, o governo quer desvincular a destinação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e de royalties de petróleo. A informação foi dada pela secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na entrevista coletiva em que detalhou o resultado das contas do governo central, que tiveram déficit primário (antes do pagamento de juros) de R\$ 19,29 bilhões em fevereiro.

Ana Paula informou que foram feitas três consultas ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre possibilidades de desvinculação de receitas para viabilizar fontes alternativas de recursos necessárias ao cumprimento da "regra de ouro". Ela evitou entrar em detalhes, dizendo que a consulta está sendo

feita pelo Ministério do Planejamento, mas apontou que conta com isso para fechar o saldo negativo nessa regra fiscal.

A mais recente previsão do Tesouro é que há uma insuficiência de R\$ 203,4 bilhões para o atendimento da "regra de ouro" em 2018, já considerando-se os R\$ 30 bilhões de devolução ao Tesouro de empréstimo tomado pelo BNDES, que, segundo a secretária, deve entrar nos cofres públicos ainda nesta semana. Para fechar o rombo, ela conta com mais R\$ 100 bilhões do banco federal outros R\$ 62 bilhões dos fundos Soberano e Nacional de Desenvolvimento e cancelamento de restos a pagar antigos (relativos a obras não iniciadas), além dessas desvinculações novas anunciadas e de medidas administrativas de gerenciamento de pagamentos.

"A regra de ouro será cumprida", garantiu Ana Paula, acrescentando que espera, com esse conjunto de ações (embora algumas envolvam decisão do Congresso Nacional),

terminar o ano com uma folga entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

A secretária informou que ainda está sendo feito estudo jurídico pelo Ministério do Planejamento para que seja possível enviar a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que deve ser feito em meados de abril, prevendo cumprimento da "regra de ouro" no próximo ano. "Estudamos mandar despesas condicionadas a créditos adicionais ou eventual receitas que possam advir", explicou a secretária. "Isso é mecanismo já existente nas regras orçamentárias", acrescentou. Na prática significa dizer que determinadas despesas só poderão ser feitas se o governo tiver mecanismos para bancá-las sem descumprir a regra.

Enquanto enfrenta sérias dificuldades no equacionamento da "regra de ouro", no lado da meta de resultado primário o quadro se mostra bem mais tranquilo. Mesmo com um forte déficit em fevereiro, o saldo nas contas públicas nos dois primeiros meses do ano é positivo





em R\$ 11,76 bilhões, bem melhor do que o resultado negativo de R\$ 8,33 bilhões em igual período de 2017. No acumulado em 12 meses encerrados em fevereiro, o déficit é de R\$ 106,2 bilhões, melhorando ante o saldo negativo de R\$ 113,6 bilhões verificado até janeiro e com bastante folga sobre a meta de déficit de R\$ 159 bilhões.

O desempenho no ano leva economistas como o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco a defender a redução da meta fiscal. "Há muito espaço para o governo gastar em ano eleitoral. Seria importante aproveitar para revisar a meta, indicando um mínimo grau de responsabilidade fiscal", avalia Tinoco, ressaltando que se a partir de março os resultados repetirem os ocorridos em 2017, o saldo negativo final em 2018 seria de R\$ 108 bilhões.

A secretária do Tesouro, como

tem feito em todos os relatórios, destacou mais uma vez o crescente déficit da Previdência Social e ressaltou que isso consome espaço de investimentos e políticas sociais. Ana Paula apresentou dados mostrando que na composição do resultado do governo central, o Tesouro tem feito um esforço gerando superávit, mas que tem sido consumido pelo déficit previdenciário. No primeiro bimestre, enquanto o Tesouro teve superávit de R\$ 40,8 bilhões, o saldo da Previdência foi negativo em R\$ 29 bilhões.

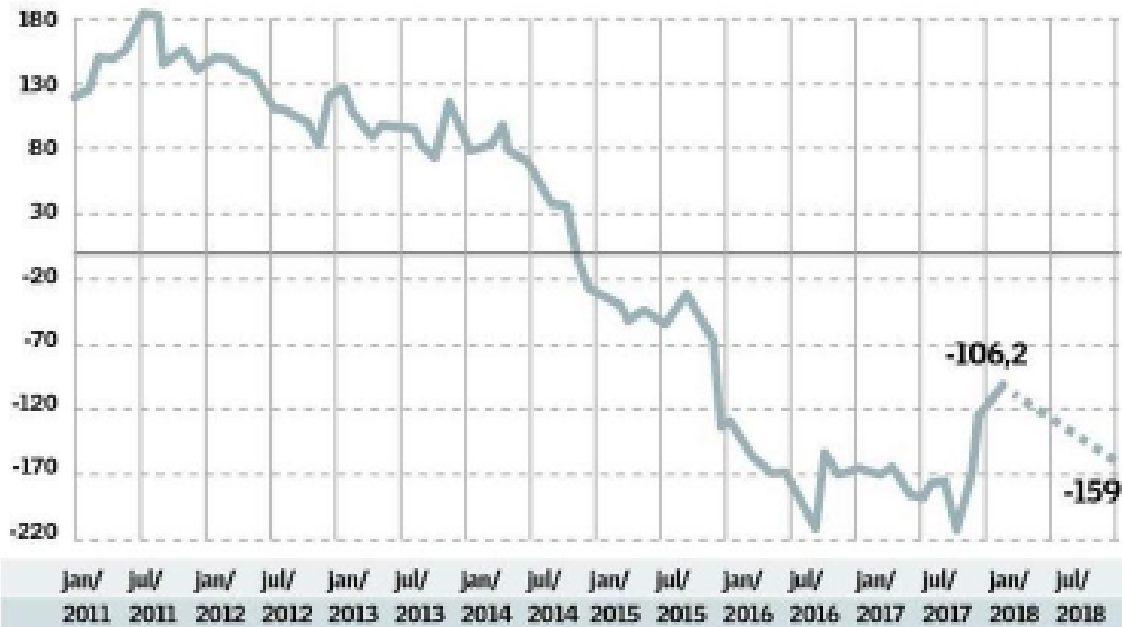
Ela informou ainda que nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro o déficit somado do regime geral de previdência e dos servidores públicos (regime próprio) atingiu R\$ 273,9 bilhões. Ana Paula apresentou dados mostrando que, desde 2010 até o ano passado, a rigidez orçamentária cresceu principalmente por causa dessa despesa.





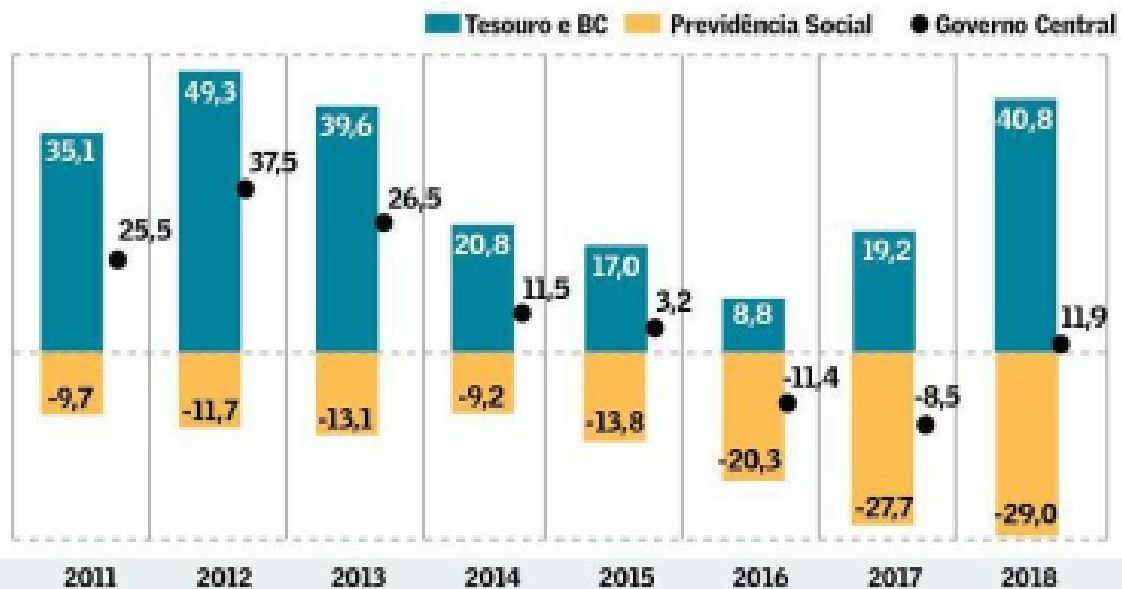
Resultado primário

Governo central, acumulado 12 meses, em R\$ bilhões*



Buraco previdenciário

Resultado primário no primeiro bimestre, em R\$ bilhões*



Fonte: Tesouro Nacional. * A preços de fevereiro/18 - IPCA ** Projeção

Retomada frágil

Recuperação lenta no início do ano frustra expectativas, e alta de 3% do PIB não é garantida

Cássia Almeida

Após o mais longo período recessivo que o país já atravessou, ainda há dúvidas se conseguiremos crescer perto de 3% este ano. Os primeiros números de 2018 de indústria, comércio e serviços vieram contraditórios e, em alguns casos, abaixo das expectativas. E o Banco Central sinalizou ontem, na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que continuará baixando os juros, atualmente em 6,5%, o nível mais baixo da História, para estimular a economia.

Em janeiro, a produção industrial caiu 2,4%, o comércio subiu 0,9%, e os serviços tiveram retração de 1,9%. Não há reação ainda nos preços. O crédito ficou estagnado (queda de 0,2%) em fevereiro. Especialistas não têm dúvidas de que a atividade continuará crescendo, mas há incerteza sobre o ritmo.

— Ainda vai levar um tempo para o crescimento gerar inflação. A recessão foi muito profunda, temos capacidade ociosa elevada. Não se imaginava que, na saída da crise, os números fossem muito intensos. Estão dentro da expectativa diante do que foi destruído — afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, que prevê

crescimento de 3% com inflação baixa.

Segundo ele, o uso da capacidade instalada da indústria está em 76%, chegou a 73,2% em dezembro de 2016, o pior momento, mas, entre 2010 e 2013, a média era de 84%: — Há espaço para crescer sem inflação. Somente em 2019, o crescimento deve pressionar a inflação.

Flávio Castelo Branco, gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), esperava números mais robustos depois da recessão que fez o Produto Interno Bruto (PIB) recuar perto de 8%. Nas crises anteriores, a recuperação veio mais forte e rápida.

— Temos capacidade ociosa alta, houve melhora na situação financeira de famílias e empresas, a taxa de juros vem caindo, o medo do desemprego diminuiu. Deveríamos ver uma recuperação mais intensa. Não estou negando a recuperação, mas não tem o vigor esperado em uma situação como essa — diz Castelo Branco, que espera alta de 3% na produção industrial este ano. — Nas sondagens com a indústria, já vemos intenção de contratação.

COM CARTEIRA, MAS COM SALÁRIO BAIXO

Um dos motivos apontados pelos

especialistas para essa reação tímida é o mercado de trabalho. Apesar de a taxa de desemprego ter caído — chegou a 13,7% em março de 2017 e atualmente está em 12,2% —, ainda há 12,7 milhões de desempregados, e as ocupações que fizeram a taxa cair foram informais, o que dificulta a tomada de crédito e cria insegurança nas famílias, inibindo o consumo. Já há reação no emprego formal (foram criadas 61.188 vagas com carteira em fevereiro), mas os postos de trabalho são de salário baixo. Silvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), chama atenção à qualidade do emprego, inclusive os formais. Nessa criação recente, predominaram as vagas de um salário mínimo a 1,5 salário mínimo: — É natural que isso aconteça diante da ociosidade do mercado de trabalho, mas limita o consumo das famílias.

Pelo cálculo da economista, a massa de rendimentos, que subiu 5,5% acima da inflação em 2017, deve ficar apenas 1,5% acima da taxa em 2018:

— Quem esperava um crescimento de 4% a 4,5% este ano realmente deve estar frustrado com os resultados. Mas nós já estávamos prevendo 3%. Apenas alteramos nossas previsões de inflação (de 3,5% para 3,3%) e dos juros, para 6,25% (estava em 6,5%). Teremos o mesmo crescimento, com inflação e juros menores.





Thais Marzola Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, espera 2,8% de alta do PIB este ano. Ela acredita que os juros devem chegar a 6% no fim do ano. Para a analista, essa recuperação oscilante já era esperada: — De fato, há um ou outro dado que veio um pouco pior, com alguns sinais ruins, mas nada que destoe do nosso cenário de recuperação gradual para este ano. Em dezembro, o IBC-Br teve uma alta forte,

era natural que houvesse alguma acomodação em janeiro (houve queda de 0,56% no indicador que é considerado uma prévia do PIB, depois de ter subido 1,16% em dezembro). Por enquanto, esses números não configuram mudança de tendência.

ELEIÇÕES PODEM AFETAR RESULTADO

Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), não vê risco na recuperação, mas afirma que há incerteza quanto à intensidade dessa reação: — Nossa projeção é de alta de 3%, o que pressupõe crescimento relativamente forte. Os dados do

primeiro trimestre até agora têm se mostrado menos exuberantes do que se imaginava no fim do ano passado. Mas os fundamentos econômicos estão positivos.

Levy cita a ocupação e o salário crescendo e os juros caindo como bons sinais. Apesar da queda de juros básicos — a taxa Selic recuou de 14,25% em outubro de 2016 para 6,5% atualmente —, o crédito não vem avançando rapidamente. Silvia, da FGV, lembra que os bancos públicos estão sem condições de ofertar mais crédito, seja habitacional, como a Caixa, ou para empresas, no caso do BNDES: — Essa retomada pelo crédito vai ser muito mais lenta.

Para Vale, da MB Associados, a demora da reação da economia brasileira vem da impossibilidade de o governo usar os instrumentos clássicos para reativar a economia, como aumentar o gasto público e reduzir juros: — Tínhamos um déficit primário (receitas menos despesas antes do pagamento de juros) de 3% e inflação de 12%. Tivemos que fazer os ajustes primeiro, o que aprofundou a recessão, antes de ver

o crescimento aparecer.

Vale vê riscos pelo caminho. O principal é o eleitoral. Dependendo dos candidatos que saírem na frente nas pesquisas, "tudo pode desandar" Por exemplo, se defenderem o fim do teto de gastos (aumento das despesas públicas limitado à inflação do ano anterior) e não levarem adiante as reformas, como a da Previdência.

Castelo Branco acredita que a incerteza política já está fazendo a economia andar mais devagar: — O investimento não está reagindo. Uma das razões para a recuperação anêmica é a incerteza com o quadro eleitoral.

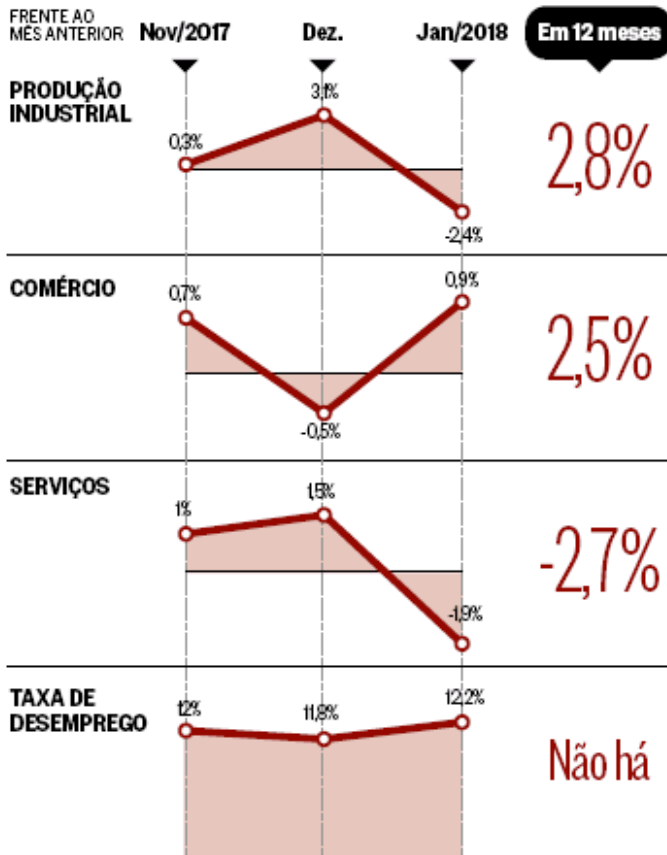
Alessandra Ribeiro, sócia da Tendência Consultoria, está mais otimista. Diz que, apesar de os "dados da economia, de fato, terem vindo mais mistos neste início de ano" considerando os efeitos defasados da política monetária e a melhora na saúde financeira de famílias e empresas, "há condições de a economia mostrar bom crescimento no ano"!





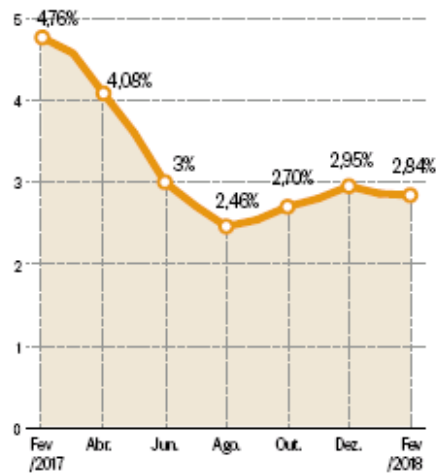
SINAIS CONTRADITÓRIOS

INDICADORES VÊM OSCILANDO, MAS ANALISTAS MANTÊM PREVISÃO DE CRESCIMENTO



Fontes: IBGE, Banco Central, Rosenberg Associados, consultorias

INFLAÇÃO EM 12 MESES



PROJEÇÕES PARA O PIB EM 2018

MB Associados	3%
Fund. Getulio Vargas (FGV)	3%
Ipea	3%
Boletim Focus	2,89%
Rosenberg Associados	2,8%
Tendências Consultoria	2,8%

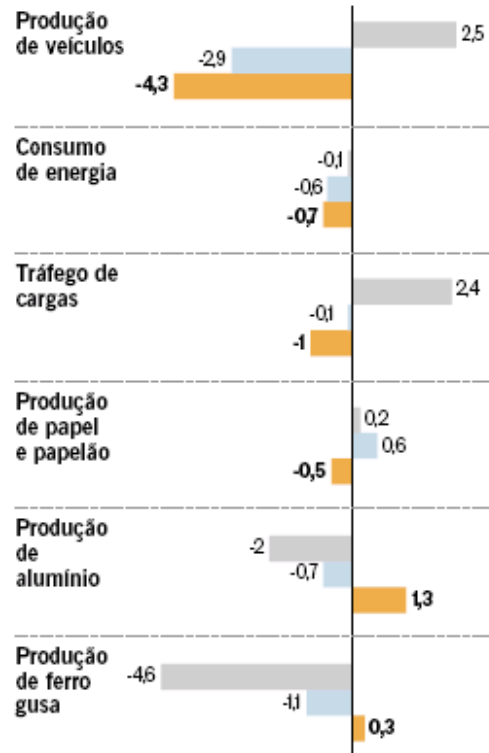




INDICADORES ANTECEDENTES

MOSTRAM O RITMO DA ATIVIDADE, EM %

■ DEZ/2017 ■ JAN/2018 ■ FEV/2018



Editoria de Arte

Contas públicas voltam ao vermelho em fevereiro

Sem Refis, governo central tem déficit de R\$ 19,3 bi

Bárbara Nascimento

-Brasília- As contas públicas voltaram ao vermelho em fevereiro. Após ter registrado superávit recorde em janeiro — turbinado pela arrecadação extraordinária do Refis —, o governo central (composto por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) apresentou déficit de R\$ 19,3 bilhões no mês passado. Apesar de negativo, foi o melhor resultado para o mês em três anos, graças à recuperação das receitas em função do crescimento da economia.

No acumulado do ano, o número ainda está no azul, em R\$ 11,7 bilhões. A meta fiscal fixada para 2018, contudo, prevê rombo de R\$ 159 bilhões nas contas. Nos 12 meses encerrados em fevereiro, o déficit acumulado já está em R\$ 106,2 bilhões.

Além do resultado primário, o Tesouro Nacional divulgou o resultado da carga tributária do governo geral (União, estados e municípios). O peso dos impostos na economia chegou a 32,36% no

ano passado, ante 32,37% em 2016.

O resultado do Tesouro foi deficitário em R\$ 4,8 bilhões. O Banco Central ficou negativo em R\$ 4 milhões. Já o rombo da Previdência atingiu R\$ 14,4 bilhões em fevereiro, 3,9% acima do apresentado em 2017. A expectativa é que o déficit previdenciário encerre este ano em R\$ 196,6 bilhões e continue crescendo em 2019.

ANALISTA: META
SERÁ CUMPRIDA

O economista sênior do Hai-tong Banco de Investimento, Flávio Serrano, explica que, apesar do cenário apertado com o avanço das despesas da Previdência, o governo tem certa folga para cumprir a meta fiscal este ano. Isso porque as receitas têm surpreendido positivamente, e as despesas estão controladas por um teto (pelo qual os gastos não podem crescer mais que a inflação do ano anterior).

— Para este ano, está tudo mais ou menos endereçado. Em relação à meta, nossa percepção é que o governo vai conseguir entregar um resultado melhor — disse Serrano.

Em fevereiro, as receitas líquidas cresceram 10,2%. Já as despesas recuaram 0,6%. O governo atribui a maior parte do crescimento das receitas à retomada da atividade econômica: esta seria responsável por R\$ 5,2 bilhões do aumento de R\$ 9,4 bilhões nas receitas totais. Em seguida vem a alta na arrecadação com PIS/Cofins de combustíveis (R\$ 3,5 bilhões) e com o Refis (R\$ 700 milhões). Em relação às despesas, os gastos com benefícios previdenciários e com pessoal cresceram 3,8% e 1,6%, respectivamente. As despesas discricionárias, que incluem os investimentos, aumentaram 2,5%.

O Tesouro informou ainda que o governo entrou fevereiro com R\$ 142,8 bilhões inscritos como restos a pagar (RAP), ou seja, despesas de anos anteriores. Do estoque de fevereiro, R\$ 1,8 bilhão foi cancelado e R\$ 45,9 bilhões foram pagos, restando R\$ 95,1 bilhões em estoque. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse que a equipe econômica espera cancelar ao menos R\$ 20 bilhões em RAPs para ajudar no cumprimento da regra de ouro, pela qual o país não pode contrair dívida para pagar gastos correntes.

Atrelar gasto a receita preservaria regra de ouro

Norma constitucional impede que União se endivide em quantia superior às previsões de investimentos

MAELI PRADO
DE BRASÍLIA

Para cumprir a regra de ouro em 2019, o governo estuda condicionar, no Orçamento que será entregue até o fim de agosto, a execução de parte das despesas à existência de receitas ou créditos extras.

A informação foi dada nesta terça (27) pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

A norma, prevista na Constituição, proíbe que a União tome dívidas em montante superior às suas despesas correntes, como investimentos. O objetivo é evitar que uma conta atual seja empurrada para futuros governos.

Seu descumprimento implica ocorrência de crime de responsabilidade do presidente da República, o que po-

deria resultar em um processo de impeachment.

Desde 2017, a regra vem correndo o risco de ser descumprida, o que só não ocorreu por causa da devolução antecipada de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aos cofres públicos.

Isso vem acontecendo porque, de um lado, com o agravamento da situação fiscal, o governo tem emitido mais títulos para financiar despesas. De outro, foi obrigado a cortar drasticamente os investimentos, uma das poucas despesas que pode manejar sem mudanças na legislação.

O grande risco de descumprimento é a partir do ano que vem, quando não estão previstas novas antecipações de recursos do banco estatal.

“A ideia é que algumas despesas sejam condicionadas a créditos adicionais ou eventuais receitas que possam vir no exercício de 2019. É um mecanismo já existente nas peças orçamentárias”, disse a secretária do Tesouro.

Meirelles articula sucessão na Fazenda e no Planejamento

Ministro deixará pasta para disputar eleição e dá aval a Guardia em seu lugar e a Mansueto à frente de pasta

Secretário-executivo e de acompanhamento Fiscal transmitiriam ao mercado mensagem de que não há sobressaltos

Marina Dias
Mariana Carneiro

MARINA DIAS MARIANA
CARNEIRO

DE BRASÍLIA

Com aval do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a nova configuração da equipe econômica do governo começou a ser desenhada dentro do Palácio do Planalto.

Segundo a Folha apurou, a ideia inicial é que, após a saída de Meirelles para tentar viabilizar sua candidatura à Presidência da República, o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, deverá assumir a pasta, apesar da resistência de políticos de influência no Congresso.

As críticas apontam para seu pouco traquejo político e sua rigidez nas negociações com parlamentares

em medidas do ajuste fiscal que passaram pelo Legislativo. Esse perfil poderia representar um obstáculo ao avanço de projetos de interesse do governo em meio à corrida eleitoral.

Meirelles trabalha ainda para emplacar o secretário de Acompanhamento Fiscal, Mansueto Almeida, no Ministério do Planejamento.

O atual titular da pasta, Dyogo Oliveira, poderá ser deslocado para o comando do BNDES, um dos principais braços de liberação de recursos neste ano eleitoral.

O mapa ainda é preliminar e depende de conversas entre o presidente Michel Temer e os envolvidos até meados da semana que vem.

Além disso, as articulações só serão finalizadas após entendimento dos dois principais atores da área econômica: Meirelles e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR).

Se Meirelles tem influência nas tratativas da Fazenda, o senador tem ascendência no Planejamento e, por consequência, no BNDES.

O objetivo de Temer é articular as substituições nos dois eixos: pró-mercado e pró-política, visando

justamente o equilíbrio entre as duas áreas em ano eleitoral.

Apesar da baixíssima popularidade, segundo o Datafolha, 6%, Temer cogita disputar a reeleição e, por isso, depende tanto da estabilidade no campo econômico quanto de iniciativas que se apresentem como um cartão de visitas na eleição.

Ao traçar uma dança das cadeiras preservando os integrantes da atual equipe, o presidente tenta garantir que não haja sobressaltos na condução da política econômica.

Guardia tem o respaldo de investidores e empresários e representaria a continuidade de Meirelles, enquanto Dyogo no BNDES sinalizaria um aceno ao mundo político.

O atual presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro (PSC), já entregou a carta de demissão e deixará o banco na quinta (29), para concorrer à sucessão ao Planalto.

O prazo para que os ministros que serão candidatos saiam de seus postos é 7 de abril. Meirelles deve cumprir o período até o fim, embora o nome do sucessor seja definido antes disso. A filiação de Meirelles ao MDB está marcada para a próxima terça-feira (3).

Uma foto da ruína para o novo presidente

VINICIUS TORRES FREIRE

NO PAÍS que desceu ao fundo do maior buraco recessivo em mais de 30 anos e ainda se arrasta para sair das profundezas desse inferno, não houve revoltas de sentido socioeconômico. Depois da falação de reformas de 2016-17, a economia está quase ausente do debate público.

As manobras de sobrevivência da elite política, a multiplicação de candidaturas aventureiras, arremedos de acordão e mumunhas da casta burocrática em geral ocupam a conversa, além das batalhas culturais nas redes insociáveis.

Os números deste início de 2018, que confirmam a lerdeza da retomada, tampouco causam maiores protestos. Na verdade, não servem de mote nem para campanhas políticas ou ataques da oposição, na prática morta.

Um balanço rápido da economia no primeiro trimestre, no entanto, dá pano para a manga dos problemas que o próximo governo vai enfrentar daqui a nove meses ou menos, pois espera-se que os eleitos comecem a tomar conta da casa caída já em novembro.

Neste início do ano vê-se que o emprego formal reage em velocidade

abaixo da crítica, mau sinal para o aumento da renda e para a arrecadação de impostos. O crédito bancário continua a encolher, como ocorre desde setembro de 2015 (em bases anuais).

A arrecadação do governo federal dá sinais de vida, embora um tanto inflada por receitas extraordinárias, depois de baixar desde novembro de 2014 (em bases anuais também). A despesa com investimento parece se estabilizar, mas caiu à metade do que era em 2014. O pessoal da Fazenda fez um esforço considerável de arrumar e explicitar as contas públicas arruinadas, mas o gasto com Previdência e pessoal ainda cresce a quase 6% ao ano acima da inflação, em termos reais, enquanto os demais gastos do governo encolhem 14%.

Trocando em miúdos. Em um ano, a despesa com Previdência e pessoal cresceu cerca de R\$ 45 bilhões, o equivalente a tudo o que o governo despense, por ano, em obras e outros investimentos.

Desde o pico da crise, o país perdeu uns 2,8 milhões de empregos formais (para nem contar uns mais de 2 milhões que deixaram de ser criados). No ritmo em que por ora vamos neste 2018, vão-se recuperar uns 700 mil com carteira. Ainda

teremos anos de precarização do trabalho.

Mesmo descontado o efeito do enxugamento dos bancos públicos, o crédito mal cresce. As taxas de juros, que desciam lentamente dos Himalaias, pararam de cair mais ou menos desde novembro do ano passado.

Além dos defeitos sistêmicos do crédito no Brasil (garantias, cadastros de crédito etc.), há algum problema grave nos bancos, assunto para outro dia, mas um rolo grande o bastante para figuras insuspeitas do mercado começarem a chiar em público sobre a concentração bancária, nome bonito para oligopólio daninho.

É um país em crise de emprego formal, precarização ainda crescente do trabalho, aumento real de salários que parece desacelerar, estoque de crédito em baixa de quase três anos e juros congelados nos picos altos. O Orçamento federal é progressivamente comido por gastos com Previdência e pessoal; ao final de 2019, por aí, mal haverá tostões para reparar a infraestrutura que, sempre escassa, agora vai sendo arruinada sem limite.

Onde estamos com a cabeça?

Com venda emperrada no Congresso, Eletrobrás registra 5º prejuízo em 6 anos

Energia. Perdas da estatal somam R\$ 28 bilhões desde 2012 e reforçam discurso do governo em favor da privatização; projeto, no entanto, enfrenta resistência de parlamentares da oposição e da base aliada; TCU e Aneel também levantam questionamentos

BRASÍLIA- Em meio às discussões de privatização, a Eletrobrás divulgou ontem mais um prejuízo bilionário. Ao todo, nos últimos seis anos, a estatal de energia acumula perdas de R\$ 28 bilhões. O resultado reforça os argumentos do governo e da diretoria da empresa em favor da venda, no momento em que o projeto de privatização está travado no Congresso. Além da resistência dos parlamentares, a transferência da estatal para a iniciativa privada também é alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O governo fez uma defesa da privatização, ontem, durante um evento no TCU. Além do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior (que assumiu a companhia em 2016 com a missão de prepará-la para a venda), uma comitiva de ministros defendeu a proposta - Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia; Henrique Meirelles, da Fazenda; e Dyogo

Oliveira, do Planejamento.

O maior desafio do Palácio do Planalto, por enquanto, está no Congresso Nacional. Embora a venda da Eletrobrás integre a agenda econômica prioritária anunciada pelo presidente Michel Temer, ela tem avançado pouco na Câmara. O projeto foi enviado no dia 22 de janeiro, mas a comissão especial que vai analisar o texto só foi criada no início de março.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto de lei que estabelece as regras para a privatização, já pediu ao governo que troque os integrantes da comissão para que o texto possa ao menos ser discutido, o que tem se mostrado impossível nas últimas semanas. "O governo precisa mudar o time, porque o que está lá vai perder", disse. Segundo ele, a base governista está desarticulada e, por isso, a oposição, mesmo minoritária, consegue barrar os debates na comissão especial que analisa a proposta.

Na base aliada, as resistências vêm principalmente das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, onde a estatal tem subsidiárias. Além de dúvidas quanto à proposta, os parlamentares receiam votar um texto tão polêmico num ano eleitoral. Na oposição, o bloqueio é motivado

por um posicionamento ideológico contra as privatizações.

Outro detalhe dificulta o avanço no Congresso: a privatização levaria os parlamentares a perder a influência política que historicamente mantiveram na Eletrobrás, por meio de indicações.

Wilson Ferreira diz que durante a sua gestão demitiu cerca de 100 funcionários que trabalhavam na empresa em cargos comissionados, baseados exclusivamente em indicações políticas. No mesmo período, também cortou os cargos de comissionados por gratificação, ou seja, funcionários concursados e de carreira, mas que recebem gratificação por ocupar posição gerencial. Esse número caiu de 2.100 funcionários para cerca de 1.300, segundo a empresa.

Além da resistência dos parlamentares, a privatização da Eletrobrás também é questionada por órgãos de controle. O ministro do TCU, Benjamin Zymler, questionou a constitucionalidade da proposta. "A Constituição diz que serviços públicos são prestados diretamente pelo Estado por concessão ou permissão, sempre por processo de licitação", afirmou. A operação será analisada pela Corte de contas, com relatoria do ministro Aroldo Cedraz.



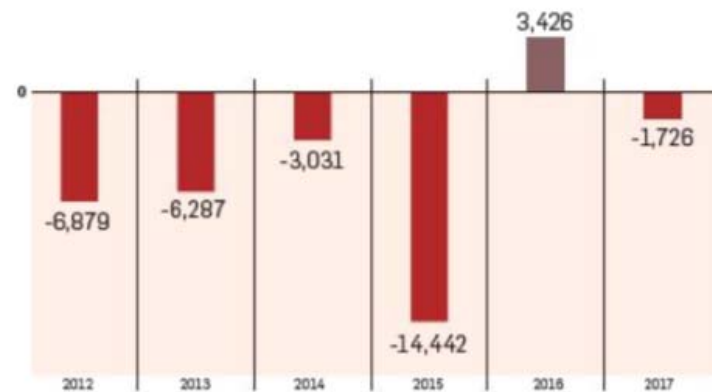


Já o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a agência não é contra a operação, mas tem ressalvas quanto ao uso da receita pelo governo para outros fins (como reforçar os cofres do Tesouro e revitalizar o São Francisco), e não exclusivamente para baixar o custo da tarifa de luz. Ele questionou se essa é a melhor política: resolver uma questão financeira "de momento" em detrimento de uma pressão para reduzir tarifas. / lu AIKO OTTA, LUCIANA COLLET, BRENO PIRES, ANDRÉ BORGES, LORENNARODRIGUES e IGOR GADELHA

NO VERMELHO

● Resultados líquidos (prejuízo ou lucro) da Eletrobrás

EM BILHÕES DE REAIS



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Contas públicas fecham no azul no 1º bimestre

Saldo foi de R\$11,8 bi, o melhor resultado para o período desde 2013; mas rombo da Previdência cresceu e atingiu R\$ 28,9 bi, 4,5% mais que em 2017

Adriana Fernandes e Idiana TomazeUij- Brasília

O Tesouro conseguiu fechar as contas no azul em R\$ 40,7 bilhões no primeiro bimestre do ano, mas 71% desse esforço fiscal foram consumidos pelo rombo da Previdência Social. Em dois meses apenas, o déficit nas contas do INSS atingiu R\$ 28,9 bilhões, com um crescimento real de 4,5% em relação ao primeiro bimestre de 2017. Só as despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários alcançaram R\$ 87,9 bilhões. Um incremento de R\$ 3,2 bilhões de gastos no período.

Em fevereiro, o governo central, que reúne as contas do Tesouro, INSS e Banco Central, voltou para o vermelho e registrou déficit de R\$ 19,29 bilhões. No bimestre, o saldo ainda é positivo com um superávit acumulado de R\$ 11,8 bilhões. Foi o melhor resultado para o período desde 2013, mas esse desempenho favorável será revertido ao longo de 2018, quando o governo estima um déficit de R\$ 159 bilhões nas suas contas. Em 12 meses, o déficit alcançou em fevereiro R\$ 106,2 bilhões.

Ao anunciar os números, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, alertou para o crescimento do déficit do INSS tem retirado espaço dos investimentos e das políticas sociais. Já os investimentos do governo federal subiram apenas R\$ 3,09 bilhões nos primeiros dois meses e a maior parte (R\$ 2,88 bilhões) são restos a pagar, ou seja, despesas de anos anteriores que foram transferidas para este ano.

As despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chegaram até mesmo a recuar 2,6% no bimestre, somando apenas R\$ 1,937 bilhão.

A secretária destacou que o comportamento das contas do governo em fevereiro refletiu efeitos sazonais, como o pagamento do abono salarial e transferências para Estados e municípios de receitas que são compartilhadas com os governos regionais. Ela informou ainda que em março e abril o Tesouro vai antecipar o pagamento de R\$ 26 bilhões de precatórios. No primeiro bimestre, as receitas do governo avançaram 10,3% ante igual período de 2017. Já as despesas subiram 0,6% na mesma base de comparação.

Regra de Ouro. O governo avalia condicionar algumas

despesas previstas para 2019 à aprovação de créditos no ano que vem ou à realização de receitas para conseguir cumprir a chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de títulos de dívida para pagar despesas correntes. Segundo Vescovi, os estudos estão sendo realizados em conjunto com a área jurídica do governo e com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Além dos problemas para suprir o rombo de R\$ 203,4 bilhões na regra de ouro este ano, o governo precisa demonstrar no envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (L-DO) de 2019 como vai cumprir a regra de ouro. O documento tem prazo para ser encaminhado ao Congresso Nacional: 15 de abril.

"O Ministério do Planejamento está fazendo estudos jurídicos e nós estamos acompanhando. Obviamente o governo vai encaminhar lei dentro do propósito de cumprir os ditames constitucionais", disse a secretária. "A ideia geral é que algumas despesas sejam condicionadas a créditos ou receitas que possam advir no exercício (de 2019)." A secretária não detalhou se as despesas a serem condicionadas serão apenas as discricionárias ou também as obrigatórias - como salários e benefícios previdenciários.

Entrevista : Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú

‘Não existe ajuste fiscal sem reforma da Previdência’

Para economista-chefe do Itaú, próximo presidente deverá retomar debate seja qual for seu partido

Alexandre Calais e Luciana Dyniewicz

Os 3% estimados para o crescimento da economia brasileira neste ano deverão ser impulsionados, sobretudo, pela redução da Selic, na avaliação do economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita. A taxa básica de juros em um patamar mais baixo pode alavancar investimentos e consumo e, conseqüentemente, a atividade econômica - na semana passada, a Selic caiu pela 12ª vez consecutiva, a 6,5%. Para Mesquita, no plano fiscal, a reforma da Previdência é essencial para um ajuste e deverá ser retomada no início do ano que vem independentemente de quem vencer as eleições. "Não existe ajuste fiscal sem reforma da Previdência", diz. "A necessidade da reforma cobre praticamente todo o espectro político", acrescenta.

• *Economistas diziam que o Brasil estava se recuperando, mas que havia riscos externos, como o aumento da taxa de juros nos EUA e a possibilidade de o governo Trump adotar barreiras protecionistas. Esse cenário está*

se configurando, mas não vimos reflexo nos indicadores do Brasil. O que está acontecendo?

Já se esperava que a taxa de juros americana subisse. No Brasil, temos uma combinação de taxa de juros baixa para o padrão local e recuperação econômica. Isso tende a ter um efeito benéfico para as empresas, acaba atraindo capital e mitigando o impacto de volatilidade episódica nos mercados internacionais. Sobre as barreiras, vamos ver como serão implementadas. Por ora, se for contido a um problema do setor siderúrgico, o impacto tende a ser limitado. A preocupação é com efeitos colaterais ou com o processo de se tornar generalizado.

• *Nesse cenário, como vai a economia nacional?*

O Brasil crescerá algo como 3% neste ano, saindo da recessão definitivamente. O crescimento deve refletir basicamente as decisões de política econômica, em especial a monetária do ano passado. A política monetária demora de seis a nove meses para ter seu efeito sobre a atividade. Há uma incipiente melhora do crédito, o que tende a alavancar a demanda. Por outro lado, vemos o PIB mundial crescendo 4%. Então vai ser mais um ano em que o Brasil encolhe perante o PIB

mundial. A região como um todo, tirando o Peru, vai perder fatia de mercado em relação. É um problema sul-americano. Temos crescido pouco. Não temos conseguido melhorar a qualidade do treinamento da força de trabalho. E aí a produtividade cresce pouco.

• *O fato de a recuperação ser muito baseada na política monetária faz pensar que o restante da economia está em situação complicada. Há dificuldade na implementação de um ajuste fiscal?*

Não existe ajuste fiscal sem reforma da Previdência. Acho que a necessidade da reforma cobre praticamente todo o espectro político. Obviamente, diferentes partidos têm diferentes versões de reforma. Se a reforma não ocorrer, em algum momento o País vai chegar aonde o Rio já chegou. A reforma vai ser discutida de novo no início do ano que vem praticamente sob qualquer cenário eleitoral. Não acho que o esforço de persuasão do ano passado esteja totalmente perdido. As pessoas estão cientes da necessidade da reforma. O próximo governo, como vai ser recém-eleito, provavelmente terá capital político para avançar nessa agenda.

• *Deveremos ter um déficit*





primários de quase R\$ 160 bilhões em 2018. Podemos conviver com ele?

A gente vai conviver na medida em que o mundo acreditar que vamos enfrentá-lo. Por ora, as pessoas acreditam que haverá uma reforma da Previdência e outras medidas serão tomadas de modo a trazer o déficit para baixo e eventualmente gerar superávits primários suficientes para estabilizar a dívida. É questão de confiança. Vai depender do diagnóstico da nova equipe econômica e da capacidade de articulação do novo governo no Congresso.

• Havia uma preocupação no mercado de que, sem a reforma

da Previdência, a Selic voltaria a subir. Isso não ocorreu. Quanto sustentável é a taxa de juros a 6,5%?

Sem a perspectiva de reforma, pode se tornar muito mais difícil manter a taxa de juros num patamar de um dígito. A configuração dos preços de ativos hoje reflete a crença de que a reforma será aprovada em 2019. Sobre a política monetária de curto prazo, a recessão aconteceu, foi profunda, gerou uma folga na utilização de recursos e permite que a taxa de juros fique nesse patamar até meados de 2019.

• Qual o cenário para as eleições?

O consenso é de continuidade da política econômica em linhas gerais. Caso essa conjectura se mostre equivocada, teremos de repensar o cenário.

• Tem um efeito Jair Bolsonaro nas contas?

Penso mais em equipe econômica e capacidade de articulação. Não estou preocupado com o nome do cabeça de chapa

• Então como vê uma equipe liderada por Paulo Guedes (conselheiro econômico de Bolsonaro)?

Não vou discutir nomes específicos.

CONJUNTURA »**Sucessão no BNDES abre nova disputa**

Paulo Rabello de Castro deixa o comando do banco estatal. Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira pode ser deslocado para a vaga, mas hesita em deixar o cargo para não cedê-lo a um indicado do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles

» ROSANA HESSEL



Rabello entregou ontem carta de demissão a Temer. Ele pretende disputar a presidência da República pelo PSC

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, entregou carta de demissão ao presidente Michel Temer na tarde de ontem. O economista, filiado ao PSC, pretende entrar na disputa da Presidência da República pela legenda e deflagrou uma corrida ao cargo que ocupa, um dos mais cobiçados entre as estatais federais. Castro esteve em Brasília participando de seminário sobre a privatização da Eletrobras organizado pelo Tribunal de Contas

da União (TCU) e aproveitou a oportunidade para um breve encontro com Temer fora da agenda oficial do Palácio do Planalto.

“Entreguei minha carta de demissão hoje (ontem) à tarde para o presidente Michel Temer. Trocamos uma ideia rápida sobre o perfil, mas ele não me deu nenhuma pista sobre quem ele vai indicar (para a presidência do BNDES)”, afirmou Castro ao Correio, pouco antes de embarcar de volta ao Rio, onde fica a sede do banco. Segundo ele, a conversa com Temer foi muito boa e cordial. “Ele me agradeceu muito”, emendou. O economista disse que pretende, agora, dedicar-se à campanha e “ir aonde o povo estiver” para se tornar mais conhecido. “Vou tentar me desdobrar”, disse.

Encruzilhada

A saída de Castro do comando do BNDES abre mais um front na disputa de forças entre o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e o da Fazenda, Henrique Meirelles. Temer já avisou Dyogo de que ele é o preferido para comandar o BNDES, mas o deixou escolher entre ficar no Planejamento ou ir para o banco, onde poderia ter um salário de cerca de R\$ 100 mil — três vezes maior que o teto do funcionalismo, de R\$ 33,7 mil, valor que recebe como ministro. Apesar do atrativo

financeiro, Oliveira pode ficar no Planejamento para não abrir a vaga para mais um indicado de Meirelles, que também pretende disputar a Presidência e conseguiu convencer Temer a nomear um membro da equipe, o secretário executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, para sucedê-lo no cargo.

Dyogo Oliveira foi indicado para a função pelo senador Romero Jucá (MDB-RR), que teve de renunciar ao comando da pasta em maio de 2016, em meio a uma das primeiras crises do governo Temer. Agora, ele se vê diante de uma encruzilhada. Se não aceitar o comando do BNDES, o nome alternativo colocado na mesa é o de Mansueto Almeida, secretário de Acompanhamento Fiscal do Ministério da Fazenda. Caso decida ir para o banco, Mansueto tende a ser deslocado para o Planejamento, o que, segundo analistas, aumentaria a influência de Meirelles na Esplanada dos Ministérios.



Indicado por Jucá, Oliveira não quer deixar espaço aberto na Esplanada





Mal-estar

Jucá, que é líder do governo no Senado e presidente do MDB, tentou emplacar Oliveira no lugar de Meirelles, que deverá formalizar a saída do governo na próxima semana. O movimento de Jucá, porém, provocou um mal-estar na equipe da Fazenda. “Existe uma rivalidade entre as duas pastas. A Fazenda não aceita ser comandada por um nome do Planejamento, e vice-versa. Todo mundo comenta que há uma influência forte do Jucá no Planejamento, que tem uma visão mais política, enquanto na Fazenda a predominância é a preocupação com o fiscal. Se depender de Meirelles, ele bota alguém dele no lugar do Dyogo, mas vamos ver como essa briga vai terminar”, comentou o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O ministro da Fazenda negociou sua sucessão para trocar de legenda. Atualmente, ele é filiado ao PSD. “Tomei a decisão de me filiar ao MDB Nacional. É nosso desafio aprofundar as mudanças que tiraram o Brasil da pior crise de nossa história. Na próxima semana, decidirei se vou ou não me candidatar nas eleições de outubro”, escreveu Meirelles em sua conta no Twitter, no início da noite de ontem. “Enquanto isso, sigo focado no trabalho no Ministério da Fazenda.

Continuarei comprometido a trabalhar pelo Brasil”, emendou.

A cerimônia de filiação de Meirelles ao MDB está marcada para 3 de abril, na sede do partido. Pouco antes de confirmar a troca de legenda, ontem, na rede social, o ministro se reuniu com o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) para tratar da criação de um grupo de trabalho com o objetivo de discutir a renovação do regime automotivo no Nordeste. Coelho saiu do gabinete dizendo que Meirelles estava “muito feliz e muito alegre”.

Reforma começa na Saúde e na Educação

A reforma ministerial começou. Como era previsto, o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP), entregou carta de demissão, ontem, ao presidente Michel Temer. No documento, ele ressaltou que pediu exoneração “em razão da necessidade de desincompatibilização prevista para concorrer a cargo eletivo”. Hoje, o ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), também deve anunciar o desembarque do governo. O democrata anuncia às 11h, em cerimônia no Palácio do Planalto, a liberação de recursos para o Programa Mais Alfabetização, o que deve ser a última realização dele como auxiliar de Temer.

Contas no vermelho

Apesar do aumento da arrecadação com a retomada da economia neste início de ano, as despesas continuam tão elevadas que as contas do governo federal fecharam fevereiro no vermelho, em R\$ 19,3 bilhões. Esse foi o terceiro pior resultado fiscal para o mês da história, conforme dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional.

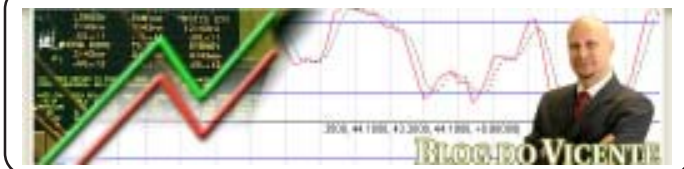
A receita líquida do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Previdência Social, o chamado governo central, foi de R\$ 78,2 bilhões no mês passado, registrando alta real (descontada a inflação) de 10,2% sobre o mesmo período de 2017. O crescimento, porém, não foi suficiente para cobrir as despesas, que, apesar do recuo de 0,6% na comparação com fevereiro de 2017, somaram R\$ 97,5 bilhões. No acumulado do primeiro bimestre de 2018, o resultado primário ainda ficou positivo em R\$ 11,8 bilhões.

O déficit primário acumulado em 12 meses foi de R\$ 106,2 bilhões, o equivalente a 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo da meta fiscal deste ano, que permite rombo de até R\$ 159 bilhões nas contas públicas. A secretária do Tesouro ,

Ana Paula Vescovi, admitiu que o resultado tende a piorar nos próximos meses.

Apesar de a meta fiscal não ser um problema, o governo está quebrando a cabeça para cumprir a regra de ouro, prevista na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para cobrir despesas correntes. De acordo com Ana Paula, o buraco para o cumprimento da regra é de R\$ 203,4 bilhões em 2018, e não será coberto apenas com o repasse de R\$ 130 bilhões prometido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A secretária disse que o governo prepara uma série de medidas complementares para o cumprimento da regra de ouro, como o saque dos recursos do Fundo Soberano, de R\$ 26 bilhões — por meio de um projeto de lei ou medida provisória que será enviada ao Congresso —, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de R\$ 16 bilhões, mediante decreto. Além disso, as autoridades estudam o cancelamento de R\$ 20 bilhões de restos a pagar não processados, o que será feito por decreto. (RH)



Dyogo terá opção de escolher entre Planejamento e BNDES PSC.

O presidente Michel Temer deu total liberdade para o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, escolher se continua no cargo, no qual recebe o teto do funcionalismo, R\$ 33,7 mil por mês, ou se vai para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde terá salário mensal de quase R\$ 100 mil.

“Não forçaremos Dyogo a nada. A escolha será dele”, diz Temer a assessores, quando questionado sobre o assunto. Dyogo, porém, terá que decidir até 7 de abril, quando Temer espera ter fechado seu novo governo, depois da saída daqueles que vão concorrer a um cargo eletivo.

A princípio, na equipe econômica, Temer terá que substituir Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda — e aí, o escolhido é Eduardo Guardia, secretário executivo — e o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, que se filiou ao PSC para disputar o Palácio do Planalto. Rabello de Castro, inclusive, se casou depois de 20 anos de união estável para agradar o Pastor Everaldo, dono do

Há duas possibilidades para o comando do BNDES: Dyogo Oliveira ou Mansueto Almeida, hoje secretário de Acompanhamento Fiscal. Se Dyogo permanecer do Planejamento, Mansueto pode ir para o BNDES. Caso Dyogo decida ir para o comando do banco, Mansueto tende a ser deslocado para o Planejamento.

“Esses detalhes estão sendo fechados. O importante é que temos boas opções, que, certamente, serão endossadas pelo mercado”, ressalta um assessor de Temer. Segundo ele, nada impede que também Mansueto continue na Fazenda e Dyogo, no Planejamento, com um dos diretores do BNDES sendo alçado à presidência da instituição. Essa hipótese é a menos provável hoje, mas está no cardápio.

Temer está convencido de que a transição da equipe econômica será tranquila, com todas as diretrizes mantidas. Não há porque, no entender do presidente, mexer muito num time que está ganhando. Só serão preenchidas, e com muito critério, as vagas que serão abertas.